



INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520





INTERNATIONAL
INTEGRALIZE
SCIENTIFIC

Abril 2026

v. 6 n. 58

INTERNATIONAL INTEGRALIZE SCIENTIFIC ISSN/2675-520



APRESENTAÇÃO

A International Integralize Scientific configura-se como um periódico científico mensal dedicado à difusão rigorosa e qualificada do conhecimento acadêmico. Com publicações predominantemente em língua portuguesa e contribuições consistentes em inglês e espanhol, a revista consolida-se como um espaço editorial multicultural, orientado ao diálogo científico internacional e ao fortalecimento da produção intelectual brasileira no cenário global.

Alinhada a elevados critérios de avaliação acadêmica, a revista privilegia a publicação de artigos inéditos de discentes e docentes provenientes de distintas áreas do saber, reconhecendo a ciência como campo plural e interdisciplinar. Cada manuscrito submetido passa por criteriosa análise técnico-científica em regime de avaliação por pares, assegurando integridade metodológica, consistência teórica e relevância social dos resultados apresentados. Dessa forma, a International Integralize Scientific reafirma seu compromisso institucional com a circulação responsável do conhecimento e com o fortalecimento da cultura de pesquisa.

Sua missão institucional consiste em promover a publicação e a disseminação de pesquisas inovadoras que contribuam efetivamente para o avanço científico e tecnológico, estimulando a reflexão crítica e o desenvolvimento de novas abordagens investigativas. A revista persegue a visão de consolidar-se como referência de credibilidade e excelência acadêmica no contexto internacional, valorizando a produção científica que se ancora em evidências sólidas, metodologias reconhecidas e padrões éticos elevados.

A governança editorial do periódico opera em plataforma Open Journal Systems (OJS), garantindo transparência processual, rastreabilidade, interoperabilidade com bases internacionais e aderência às melhores práticas em editoração científica. A revista possui registro ISSN nas versões impressa e digital e atribui Digital Object Identifier (DOI) a todas as publicações, mediante associação ativa à Crossref, assegurando autenticidade, persistência e ampla citabilidade internacional. Sua atuação editorial mantém alinhamento às boas práticas recomendadas por organizações científicas de referência e aos princípios éticos, técnicos e normativos que orientam a gestão de periódicos acadêmicos qualificados, incluindo diretrizes consolidadas no âmbito da normalização internacional.



Os valores que regem sua atuação editorial fundamentam-se no rigor científico, na ética acadêmica e na promoção de um ecossistema plural de saberes. A diversidade disciplinar, a integridade intelectual, a inovação, o impacto social da ciência e a construção de redes colaborativas entre pesquisadores de diferentes nacionalidades constituem pilares estruturantes do periódico. Ao incentivar a interlocução entre centros de pesquisa, universidades e comunidades científicas, a International Integralize Scientific contribui para o desenvolvimento de uma ciência aberta ao diálogo, orientada à melhoria contínua e sensível às demandas contemporâneas.

Sua periodicidade regular, o compromisso com padrões editoriais elevados e a interlocução permanente com autores e avaliadores qualificados reforçam a credibilidade da revista como veículo legítimo de disseminação científica. Trata-se, assim, de um espaço editorial que acolhe a investigação acadêmica com seriedade, estimulando trajetórias de produção intelectual consistente, ética e socialmente relevante.

Ao posicionar-se como ponte entre diferentes culturas, idiomas e tradições científicas, a International Integralize Scientific reafirma o papel estratégico dos periódicos acadêmicos no fortalecimento da ciência global e na promoção de um conhecimento capaz de transformar realidades, ampliar horizontes e projetar pesquisadores brasileiros e internacionais em um ambiente científico de excelência.



Expediente Editorial

A Revista International Integralize Scientific é um periódico científico mensal dedicado à promoção e disseminação de conhecimento acadêmico de alta qualidade, orientado por rigor metodológico e compromisso ético. Seu propósito central consiste em oferecer um espaço de visibilidade qualificada para pesquisas inéditas, contribuindo para o fortalecimento do debate científico e para o desenvolvimento contínuo das diversas áreas do saber. Ao assegurar processos criteriosos de avaliação e seleção editorial, o periódico reafirma sua vocação institucional de fomentar o pensamento crítico, incentivar o intercâmbio intelectual e apoiar a formação de novas gerações de pesquisadores.

Diretor Geral

Dr. Luan Trindade

Responsável pela direção estratégica do periódico, conduz a governança institucional da revista, assegurando o alinhamento entre política editorial, expansão científica e fortalecimento das relações acadêmicas nacionais e internacionais.

Diretora Administrativa

Profa. PhD Vanessa Sales

Docente e pesquisadora, com trajetória consolidada na área acadêmica, coordena os processos organizacionais e de gestão editorial, contribuindo diretamente para a qualidade científica, ética e institucional das publicações.

Editor de Design Gráfico e Diagramação

Balbino Júnior

Profissional responsável pela curadoria visual, normatização gráfica e composição editorial, assegurando harmonia estética, legibilidade acadêmica e conformidade técnica das edições.

Características do Periódico

Periodicidade:

Mensal

Idiomas de Publicação:

Português, Inglês e Espanhol

Plataforma Editorial:

Open Journal Systems (OJS)

Registro Internacional:

SSN 3085-654X

Identificação Digital:

DOI registrado e associado à Crossref

Contato Editorial

Para esclarecimentos, submissões, parcerias institucionais ou orientações relacionadas ao processo editorial, a equipe técnica encontra-se à disposição através do e-mail:

publicacao@iiscientific.com

Endereço Institucional

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
Rodovia SC-401, Bairro Saco Grande
CEP 88032-005

A International Integralize Scientific mantém atuação editorial orientada pelas boas práticas científicas internacionais, alinhada aos princípios de integridade acadêmica, transparência editorial e responsabilidade social do conhecimento. Seu corpo diretivo e técnico atua de maneira integrada para assegurar excelência, continuidade e relevância científica em cada edição publicada.



Corpo Editorial e Conselho de Revisores por Pares

A revista adota um rigoroso processo de avaliação científica por pares (peer review), conduzido preferencialmente no modelo doubleblind, garantindo anonimato entre autores e revisores durante o processo avaliativo, imparcialidade na emissão dos pareceres e excelência acadêmica na seleção dos manuscritos publicados.

A divulgação institucional do corpo editorial e dos revisores por pares não estabelece qualquer vinculação entre avaliadores e artigos específicos, preservando integralmente a confidencialidade e a integridade ética do processo de revisão.

Editora-Chefe

Profa. PhD Vanessa Sales

Equipe Editorial

Prof. PhD Hélio Sales Rios
Prof. Dr. Rafael Ferreira da Silva
Prof. Dr. Francisco Rogério Gomes da Silva
Prof. PhD Manoel Coracy Dias Saboia
Prof. Dr. Daniel LaiberBonadiman

Declaração de Transparência Editorial

O periódico mantém registro formal de todas as etapas do processo de avaliação científica, assegurando confidencialidade, ética, independência acadêmica e conformidade com o modelo doubleblindpeer review, no qual autores e revisores permanecem mutuamente anônimos durante o processo avaliativo.

Conselho de Revisores por Pares (Peer Review Board)

O Conselho de Revisores por Pares é composto por pesquisadores com sólida formação acadêmica e reconhecida atuação científica. Os pareceres técnicos emitidos avaliam critérios de relevância científica, originalidade, consistência metodológica, contribuição teórica e adequação ética, fortalecendo o rigor e a credibilidade do periódico.

Pareceristas

Ciências da Educação

Dr. Carlos Mendonça
Dr. Marcelo Pertussatti
Dr. Ederson Renan Pacheco de Farias

Ciência da Saúde

Dr. Daniel Laiber
Dra. Luisa Bonadiman

Ciências Jurídicas

Dr. Avelino Thiago
Dr. James Melo de Sousa
Dr. Manoel Coracy

Educação Inclusiva

Dra. Fábila Roseana Souza Oliveira da Silva
Dra. Karla Roberta Melo de Vasconcellos

Tecnologia

Dr. Flávio Lopes
Dr. Geraldo Lúcio

Editor Gerente

Rayane Priscila Santos de Souza

Editores de Seção

Karolayne Luana de Oliveira Silva
Eloisa Bárbara Rodrigues Lima

Equipe de Produção Editorial

Reviane Francy Silva da Silveira
Priscila de Fátima Lima Schio
Lucas Teotônio Vieira

Editor Técnico

Balbino Júnior

Administrador do Sistema OJS

Vitor Santos

INDISCIPLINA ESCOLAR E A DIFICULDADE NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

SCHOOL DISCIPLINE AND DIFFICULTY IN THE TEACHING AND LEARNING PROCESS

DISCIPLINA ESCOLAR Y DIFICULTAD EN EL PROCESO DE ENSEÑANZA Y APRENDIZAJE

RESUMO

A indisciplina escolar representa um desafio complexo no processo de ensino e aprendizagem, sendo uma das queixas mais comuns entre educadores. Embora frequente, há uma falta de consenso sobre sua definição. A escola tende a atribuir as causas da indisciplina a fatores externos, como a influência da mídia, a estrutura familiar ou características inatas do aluno. Em contrapartida, os alunos frequentemente apontam para falhas no próprio sistema escolar, como aulas desinteressantes, autoritarismo e a falta de diálogo. A indisciplina, portanto, pode surgir de relações de poder, onde as práticas disciplinares acabam por gerar transgressões. As práticas educativas familiares — sejam elas autoritárias, permissivas ou democráticas — também influenciam significativamente o comportamento dos estudantes. No entanto, a teoria histórico-cultural de Vygotsky sugere que o comportamento é aprendido e pode ser transformado pela interação com o meio. Assim, a escola possui um papel fundamental e não deve se isentar de sua responsabilidade. É crucial que a instituição repense suas práticas pedagógicas, promovendo um ambiente mais democrático e desafiador para superar as dificuldades impostas pela indisciplina.

Palavras-chave: Indisciplina escolar; processo ensino-aprendizagem; práticas pedagógicas.

ABSTRACT

School indiscipline represents a complex challenge in the teaching and learning process, being one of the most common complaints among educators. Although frequent, there is a lack of consensus on its definition. Schools tend to attribute the causes of indiscipline to external factors, such as media influence, family structure, or the student's innate characteristics. In contrast, students often point to flaws in the school system itself, such as uninteresting classes, authoritarianism, and a lack of dialogue. Indiscipline, therefore, can arise from power relations, where disciplinary practices ultimately lead to transgressions. Family educational practices, whether authoritarian, permissive, or democratic, also significantly influence student behavior. However, Vygotsky's historical-cultural theory suggests that behavior is learned and can be transformed through interaction with the environment. Thus, schools play a fundamental role and should not shirk their responsibility. It is crucial that the institution rethink its pedagogical practices, fostering a more democratic and challenging environment to overcome the challenges posed by indiscipline.

Keywords: School indiscipline; teaching learning-process; pedagogical practices.

RESUMEN

La indisciplina escolar representa un desafío complejo en el proceso de enseñanza y aprendizaje, siendo una de las quejas más comunes entre los educadores. Si bien es frecuente, existe una falta de consenso sobre su definición. Las escuelas tienden a atribuir las causas de la indisciplina a factores externos, como la influencia de los medios de comunicación, la estructura familiar o las características innatas del estudiante. En contraste, los estudiantes suelen señalar fallas en el propio sistema escolar, como clases poco interesantes, autoritarismo y falta de diálogo. La indisciplina, por lo tanto, puede surgir de relaciones de poder, donde las prácticas disciplinarias finalmente conducen a transgresiones. Las prácticas educativas familiares, ya sean autoritarias, permisivas o democráticas, también influyen significativamente en el comportamiento del estudiante. Sin embargo, la teoría histórico-cultural de Vygotsky sugiere que el comportamiento se aprende y puede transformarse a través de la interacción con el entorno. Por lo tanto, las escuelas desempeñan un papel fundamental y no deben eludir su responsabilidad. Es crucial que la institución reconsidere sus prácticas pedagógicas, fomentando un entorno más democrático y desafiante para superar los desafíos que plantea la indisciplina.

Palabras clave: Indisciplina escolar; proceso de enseñanza-aprendizaje; prácticas pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a indisciplina escolar, uma questão complexa que se consolida como uma das queixas mais frequentes entre pais e professores. Apesar da ampla repercussão do tema, nota-se a predominância de análises superficiais e a ausência de consenso sobre o seu conceito. A indisciplina é corriqueiramente associada a comportamentos inadequados, rebeldia e desrespeito, podendo culminar em situações de *bullying* e atos de violência que demandam intervenção externa.

A abordagem deste tema exige cautela, pois as concepções de disciplina e indisciplina estão diretamente ligadas aos princípios adotados pela instituição de ensino e revelam diferentes perspectivas de ação pedagógica. Muitas vezes, a escola atribui a responsabilidade a fatores externos, como a estrutura familiar e a influência da mídia. Os estudantes, por sua vez, apontam causas intraescolares, destacando o autoritarismo docente, aulas desinteressantes e a falta de diálogo.

Diante desse cenário, este trabalho busca aprofundar a reflexão sobre o fenômeno, analisando suas diferentes definições, as relações de poder subjacentes e suas implicações no processo educativo. O objetivo central é compreender como a indisciplina atua como um obstáculo ao processo de ensino e aprendizagem, afetando a formação de cidadãos autônomos e críticos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Afinal, o que é indisciplina?

Embora a indisciplina apesar de estar presente no cotidiano escolar e ser bastante comentada nos dias atuais, percebe-se a existência de análises superficiais permeadas de dogmas e mitos do senso comum, além da ausência de consenso e clareza sobre o conceito de indisciplina. Neste sentido, Nakayama (1996) considera que as diferentes maneiras de se visualizar a indisciplina, revelam diferentes maneiras de ação pedagógica, como também que a mobilização positiva em torno da disciplina torna-se responsável para que se inicie o processo de reformulação do trabalho da instituição escolar, através da formação moral dos alunos. Evidenciando-se, portanto, que as concepções de indisciplina estão relacionadas aos princípios da instituição.

Chegar a um consenso a respeito do conceito de indisciplina não apresenta-se ser uma tarefa simples por ser uma criação cultural, não sendo universal, como também é variável. Pois ao longo da história se relaciona com expectativas e valores que por sua vez são inconstantes. Na sociedade atual indisciplina apresenta significados distintos, no entanto, apresentam pontos similares.

Ao se falar no conceito de indisciplina adentra-se nos conceitos de disciplinado e disciplinador, o primeiro é apresentado aqui como sendo aquele que obedece sem questionar, o segundo é percebido como aquele que leva o indivíduo à submissão, acomodação. A este respeito Rego (1994) afirma que

Costuma-se compreender a indisciplina [...] como um comportamento inadequado, um sinal de rebeldia, intransigência, desacato, traduzida na 'falta de educação ou de respeito pelas autoridades', na bagunça ou agitação motora. [...] Nessa visão, as regras são imprescindíveis ao desejado ordenamento, ajustamento, controle e coerção de cada aluno e da classe como um todo (p.85).

Neste sentido, Antunes (2002) assevera que o significado da palavra disciplina [...] em seu sentido etimológico, [...] se associa à ideia de educar, instruir, aplicar e fundamentar princípios morais, e que seu antônimo – indisciplina – expressa desobediência, confusão ou negação da ordem. Disciplina, portanto, associa-se a uma relação de afeto, respeito e reciprocidade. Deve-se questionar qual disciplina a escola tem a pretensão de colocar em prática. Antunes (2002) cita que a disciplina se relaciona a quatro aspectos: ao tempo, ao espaço, ao outro e à aprendizagem.

[...] disciplina em relação ao tempo; cumprir horários, acatar prazos, entregar tarefas nos momentos em comum estabelecidos, planejar o tempo para ações, discutir cronogramas. Se existe uma relação entre disciplina e tempo, também existe outra entre disciplina e espaço: respeitar lugares, saber guardar, retirar coisas e devolvê-las de onde se apanhou ou ocupar lugares definidos e os manter em ordem. É também essencial que se analise a disciplina em relação ao outro: saber esperar a vez, respeitar a pergunta do colega, mostrar-se educado em relação às diferenças, compreender a individualidade, libertar-se de estereótipos. Uma disciplina que efetivamente se deseja construir avança também em sua relação com a aprendizagem: é necessário saber usar a memória, evoluir na expressão da linguagem, administrar estados de emoção, saber concentrar-se e diferenciar o descrever do analisar, o comparar do classificar, o deduzir do observar.

A relação professor-aluno deve ser pautada em respeito recíproco, excluindo-se o castigo, o desrespeito, a culpa. A disciplina apresenta-se como instrumento primordial nessa relação, tornando a sala de aula um ambiente mais agradável e promotor de uma real aprendizagem, capaz de formar cidadãos autônomos e críticos. Antunes (2002) afirma ainda que a questão da indisciplina é sempre assunto que

preocupa, porque atualmente também se apresenta em situações de *bullying*; avançando, ainda, para registros policiais quando evolui para atos de violência.

Ainda no campo educacional a disciplina está associada à tirania, tornando-se opressora. Dessa forma a indisciplina pressupõe oposição à tirania, apresentando-se como virtude, presente no cotidiano escolar. Portanto, a indisciplina deve ser compreendida como resultado da ausência de uma boa prática educativa.

O aluno indisciplinado difere do aluno questionador; ele caracteriza-se pela dificuldade de se autogovernar e de respeitar o outro. Curto (1998) complementa que o professor não é o único detentor de poder na sala de aula. A indisciplina seria, em muitos casos, o resultado do poder de contestação dos alunos diante de conteúdos e ritmos que se distanciam de suas realidades.

2.2 Indisciplina na sala de aula

Por que crianças e adolescentes cometem atos de indisciplina? Segundo De La Taille (1994), a desobediência está intrinsecamente relacionada aos limites e aos valores morais internalizados. O autor direciona o tema para a moralidade e o sentimento de vergonha, afirmando que comportamentos indisciplinados frequentemente decorrem do enfraquecimento do vínculo entre essas duas instâncias.

A indisciplina em sala de aula sofre influências sociais, do ponto de vista da moral, de acordo com De La Taille (1994) que apresenta algumas reflexões. Primeiro, afirma que se a análise feita da relação da vergonha/moral estiver correta, torna-se fácil de explicar determinados comportamentos indisciplinados relacionados a valores morais. Exemplifica ao supor que, caso a imagem que determinado aluno possui de si inclua poucos valores morais, espera-se, portanto, desde que não respeite a dignidade alheia, pois não sentirá nada diante o olhar reprovador do professor, por apresentar outros valores.

Tratar da temática indisciplina especialmente em âmbito escolar é uma tarefa complexa e delicada, por diversas questões, mas serão citadas três de acordo com De La Taille (1994): A primeira se refere à falta de valores, mas quais valores? a segunda, o reducionismo que explica o tema apenas por uma dimensão, um aspecto; a terceira refere-se à ambiguidade e complexidade do tema. A indisciplina, para o autor, traduz-se em duas formas: o desconhecimento de normas; ou a revolta contra estas normas.

Dando continuidade à análise da complexidade do tema indisciplina questiona-se se é desejável um aluno “bem comportado” por medo de castigo ou conformismo, então onde fica a formação cidadã para o desenvolvimento da autonomia? O autor direciona o tema da indisciplina para a moralidade e o sentimento de vergonha. Afirmando que a mesma é decorrente do enfraquecimento do vínculo entre o sentimento de vergonha e moralidade. De acordo com Jean-Paul Sartre *apud* De La Taille (1994, p.11) ‘A vergonha pura [...] é o sentimento de ser [...] um objeto [...] de me reconhecer neste ser decaído, dependente e imóvel que sou para outrem’. Contradizendo o entendimento de vergonha, ou seja, de ser julgado negativamente pelos outros.

2.3 Relações de poder e a indisciplina

Foucault (1986) revolucionou o conceito de poder ao demonstrar que a repressão pode criar mecanismos que estimulam as ações reprimidas. Nas relações escolares, o poder não é apenas do Estado ou do professor; há um constante movimento de equilíbrio de forças. Guirado (1994) ressalta que a indisciplina funciona como um “contrapoder” exercido pelos alunos. Contudo, na prática, observa-se frequentemente a culpabilização exclusiva dos professores ou dos alunos, ignorando a complexidade estrutural e social que envolve a instituição escolar.

Deste modo, os saberes constituídos, por exemplo, tanto nas práticas profissionais, quanto em terapias acabam por funcionar como uma espécie de válvula de escape, onde o indivíduo encontra uma forma de se equilibrar novamente. Tornando-se revolucionário ao estabelecer um novo conceito de poder como relação de forças, onde há um constante movimento de equilíbrio de forças. Porque o poder supera questões do Estado, não se resumindo às leis e à constituição, sendo superior a isso.

O poder constitui, ainda, uma trilogia juntamente com dispositivos e o saber. Esta relação se dá do seguinte modo, onde o: *[...] poder é [o] exercício que se faz sempre nas práticas sociais (dispositivos) sendo ocasião da constituição de um saber ou de saberes específicos que, por sua vez, atribuem um caráter de naturalidade aos dispositivos de poder* (Guirado, 1994, p.60-61).

A indisciplina acaba sendo reveladora de seus praticantes, os rotulando e classificando de acordo com suas penalidades. O interessante nas relações de poder é que paralelamente, o que pode ser chamado de contrapoder, por exemplo, ao passo

que o professor exerce poder sobre o aluno o mesmo incorre inversamente e assim por diante. Indiscutivelmente percebe-se a existência de uma relação entre poder e indisciplina.

Diante os pressupostos teóricos, o que se percebe na prática é a culpabilização dos professores como responsáveis pelo fracasso da instituição escolar. Não se quer aqui isentá-los de sua responsabilidade enquanto educadores, mas deve-se perceber a instituição escolar na sua totalidade e complexidade.

A relação professor/aluno já vem abalada por embates e desafios: os problemas infraestruturais como os salários e a precariedade das condições físicas; os problemas sociais de relacionamento como os de segurança e ameaças ao exercício de sua função por alunos e outros grupos institucionais; os problemas técnicos e de formação que parecem eternamente desconhecidos das demandas e das condições dos aprendizes; e assim por diante (Guirado, 1994, p.69).

Não há apontamentos, neste momento, de “propostas” ou receitas que possam ser seguidas, de amenização para a indisciplina, no entanto é interessante que o professor reflita constantemente sobre sua prática constantemente. E também é impossível apontar responsáveis para a indisciplina escolar, ao menos neste momento, até porque não há sujeito na rede de poder, pois *Nem os professores (braços do poder do Estado, como querem algumas teorias), nem os alunos (por natureza indolentes e irresponsáveis, como sugerem outras) são os causadores dos embates do ensino* (Guirado, 1994, p.70-71).

2.4 Processo educativo e a indisciplina

A visão dos diferentes atores sobre as causas da indisciplina influencia diretamente a aprendizagem. A escola frequentemente justifica a indisciplina ancorando-se em fatores externos: violência social, estrutura familiar falha ou traços inatistas da personalidade do aluno (Rego, 1994). Tais justificativas isentam a instituição de sua responsabilidade formativa, revelando uma grande resistência ou dificuldade de atualizar o seu projeto pedagógico, diante das mudanças nos contextos sociais dos estudantes. Pois, primeiro, boa parte dos educadores deseja o retorno a um passado idealizado. Neste sentido Arroyo (1995) argumenta que

[...] Como educar para o futuro, para a realidade sociopolítica, com esse olhar constante voltado para o passado mitificado? Se dependesse da concepção pedagógica, se eternizaria o passado. Não o passado real, mas o passado idealizado: voltar à infância da história social e política como o ideal do convívio humano (p.64).

Segundo, a indisciplina é vista [...] *como reflexo da pobreza e da violência presentes de um modo geral na sociedade e fomentadas, de modo particular, nos meios de comunicação, especialmente na TV* (Rego, 1994, p. 88). Concebendo, portanto, uma escola impotente no que concerne à indisciplina em sala de aula. Terceiro à família é atribuída a responsabilidade pela indisciplina do aluno em sala de aula, além da ausência de participação dos pais na vida escolar de seus filhos. Quarto, a indisciplina também aparece associada à personalidade do aluno, concebendo-se, a partir da teoria inatista, que a escola nada pode fazer por ser uma questão inata, individual do aluno. Como também as características da criança e do adolescente, apresentando-se a indisciplina como resultante dos estágios da infância e adolescência. Quinto, as causas da indisciplina em sala de aula, relacionadas ao professor, mais precisamente à sua falta de autoridade, pois geralmente o aluno é compreendido como defeituoso, ausente de qualidades psíquicas e morais, passando a ser, neste momento, responsabilidade do professor (Patto, 1993).

As causas até aqui apresentadas pela instituição, a isentam de sua responsabilidade enquanto formadora de cidadãos. Não é que ela sozinha deva se responsabilizar pelo processo educativo dos indivíduos, mas também deve fazer a sua parte, independente de questões externas. Diferentemente das causas apontadas pelo aluno indisciplinado, pois

É interessante observar que, do ponto de vista do aluno indisciplinado, os motivos alegados costumam ser um tanto diferentes. Com bastante frequência, dirigem suas críticas ao sistema escolar. Reclamam não somente do autoritarismo ainda tão presente nas relações escolares, mas também da qualidade das aulas, da maneira que os horários e os espaços são organizados, do pouco tempo de recreio, da quantidade de matérias incompreensíveis, pouco significativas e desinteressantes, da aspereza de determinado professor, do espontaneísmo de outro, da falta de clareza dos educadores, das aulas monótonas, da obrigação de permanecer horas sentados, da escassez de materiais e propostas desafiadoras, da ausência de regras claras etc. (Rego, 1994, p. 90).

As ideias inatas presentes e predominantes no meio educacional, traduzem-se em consequências não positivas para a prática pedagógica, contribuindo assim com o fracasso escolar, através da imobilidade do sistema educacional. É interessante perceber, no interior da instituição escolar, que há uma culpabilização de todos os lados, onde a escola não consegue ou não quer enxergar a sua responsabilidade intraescolar, bem como as famílias não conseguem ou também não querem perceber a lacuna deixada por ela no espaço extraescolar. No entanto, a visão dos alunos

‘indisciplinados’ compreende melhor a lacuna intra e extraescolar. Compreende-se, portanto, que a indisciplina não pode ser erradicada, pois o erro faz parte da essência humana, no entanto, pode ser melhor compreendida.

Por outro lado, a teoria histórico-cultural de Vygotsky (1984) enfatiza que o comportamento humano, seja disciplinado ou não, é aprendido e influenciado pelo meio social. A família exerce influência primária por meio de suas práticas educativas — autoritárias, permissivas ou democráticas (Moreno; Cubero, 1995). Contudo, a escola possui o potencial de transformar essa realidade ao atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do aluno. Para isso, são necessárias condições adequadas de trabalho e práticas pedagógicas que façam sentido para o educando.

O indivíduo através do seu desenvolvimento individual é influenciado pelo meio social, da mesma forma que influencia e interfere na sociedade, essa torna-se capaz de influenciar a própria cultura. Portanto, o desenvolvimento individual [...] *não é imutável e universal, nem tampouco independente do desenvolvimento histórico e das formas sociais da vida humana* (Rego, 1994, p. 93).

Considera-se, portanto, que o comportamento disciplinado ou indisciplinado de dado indivíduo, não é resultado apenas do contexto familiar ao qual está inserido, ou da influência positiva ou negativa dos meios de comunicação ou da qualidade da educação escolar, ou de fatores biológicos, mas da junção desses e de outros fatores que farão parte do seu processo de desenvolvimento humano. Portanto, compreende-se aqui que o comportamento humano está intimamente ligado ao processo de aprendizagem, e desta forma o comportamento indisciplinado é aprendido ou não aprendido, podendo-se ter sido ensinado ou não, seja na escola, na família, ou outra instituição social, mas que pode ser absorvido, aprendido, internalizado pelo indivíduo.

No que se refere à influência familiar sendo reconhecida, socialmente, como principal instituição social, ratificado até mesmo no art. 226 da Constituição Federal, que afirma ser a família a base da sociedade. Neste sentido, Moreno e Cubero (1995) identificam três tipos de práticas educativas no núcleo familiar, relacionando-se com o uso da disciplina, e influenciando o comportamento da criança, denominados como: pais autoritários, permissivos e democráticos.

[...] ‘pais autoritários’ aqueles que, além de serem pouco comunicativos e afetuosos, são bastante rígidos [...]. As condutas são avaliadas a partir de rigorosos padrões preestabelecidos. Valorizam a obediência às normas e regras por eles definidas, e não se preocupam em explicar às crianças as razões destas imposições nem consultá-las acerca do assunto. Diante da

transgressão de uma destas prescrições por parte da criança, fazem uso de severas ameaças, do castigo físico e de outras medidas disciplinares. Em contrapartida, 'os pais permissivos' [...] são bastante tolerantes e até mesmo indulgentes em relação aos desejos, atitudes e impulsos infantis. Normalmente, diante de uma situação de conflito, teimosia ou 'birra' não estabelecem limites e parâmetros. Além da marcante ausência de regras e normas capazes de nortear as ações cotidianas da criança, tais como: hora de comer, dormir, ver TV etc. (que acabam sendo definidas por elas mesmas), esses pais não costumam exigir responsabilidades de seus filhos. Os 'pais democráticos', por sua vez, [...]. Apesar de demonstrarem flexibilidade e esforço em compreender o ponto de vista de seus filhos, conseguem estabelecer regras e limites claros [...] conseguindo, assim, uma disciplina firme, adequada às condições e possibilidades das crianças (p.107).

Indivíduos ao receberem uma educação familiar fundamentada no autoritarismo [...] *tendem a manifestar, entre outros aspectos, obediência e organização, mas também maior timidez, apreensão, baixa autonomia e auto-estima* (Rego, 1994, p.98). Em contrapartida aquelas inseridas em um contexto familiar permissivo, ausente de regras e limites, [...] *apesar de mais alegres e dispostos que aqueles que recebem uma educação autoritária* [...] tendem a apresentar um comportamento impulsivo e imaturo, assim como dificuldades em assumir responsabilidades. O que particularmente é o comportamento apresentado pela maioria das crianças que realizam atos de indisciplina em sala de aula. As famílias adeptas de práticas democráticas tendem a educar seus filhos com princípios de iniciativa e autonomia. Essas três posturas disciplinares por parte da família em relação à educação de seus filhos apresentam resultados bastante interessantes no que se refere à aprendizagem de um comportamento disciplinado.

Percebe-se, portanto, a grande importância da família no processo educacional das crianças e adolescentes, mas deve-se lembrar que não é exclusivo e absoluto. Como já citado anteriormente o processo de formação do indivíduo depende de diversos fatores sejam eles biológicos, sociais, educacionais, familiares, dentre outros. Podendo-se afirmar que a instituição escolar ao oportunizar uma criança ou adolescente a novos processos educativos desafiadores e interessantes, que influenciem na ZDP, mesmo esta criança ou adolescente seja oriunda de uma família com pouco ou nenhum estímulo educacional, é capaz de contribuir positivamente no processo de transformação, contribuindo assim com o desenvolvimento e comportamento humano. Aliando-se a outras instituições ou fatores, potencializa-se ainda mais essa ação.

Para esse processo se efetive deve-se iniciar prioritariamente pela instituição escolar com melhores condições de trabalho, incluindo número adequado de alunos por sala de aula, recursos didáticos em qualidade e quantidade disponíveis, número suficiente de professores capacitados para ministrar aulas, formação permanente para toda a comunidade escolar, salários justos já estabelecidos pela Lei do Piso nº11.738/2008, dentre outros fatores. A LDB, Lei nº 9.394/96 reafirma essas questões em seu art. 25. *Será objetivo permanente das autoridades responsáveis alcançar relação adequada entre o número de alunos e o professor, a carga horária e as condições materiais do estabelecimento.*

Diante o exposto, considera-se que tanto os professores, quanto a escola como um todo, além da instituição familiar precisam estar atentos às reais necessidades dos educandos e realizar seu trabalho com base nelas. Imagine-se o caso de um aluno que não se alimenta ao sair de casa e ao chegar na escola não haver merenda, acredita-se que fica difícil o trabalho educativo com esse aluno em sala de aula. Portanto, neste cenário apresentaram-se vários fatores como o familiar, social, biológico e educacional. Já se sabe que práticas mais democráticas tendem a surtir resultados significativos, seguindo essa linha de pensamento acredita-se que o aluno para obedecer às regras estabelecidas de forma mais exitosa torna-se necessário que o mesmo tenha compreensão dos reais motivos que deram origem aquelas regras estabelecidas.

E muito mais importante que a compreensão e internalização das regras escolares e familiares é imprescindível uma relação recíproca de respeito, o educador como mediador desse processo é peça essencial, pois deve apresentar uma postura coerente com a que se espera de seus alunos. *Afinal, é também através da imitação dos modelos externos que a criança aprende* (Vygotsky, 1984). Corroborando com esse pensamento Rego (1994, p.100) afirma que

[...] mais do que esperar a transformação das famílias ou de lamentar os traços comportamentais que cada aluno apresenta ao ingressar na escola, é necessário que os educadores concebam estes antecedentes como ponto de partida e, principalmente, façam uma análise aprofundada e consequente dos fatores responsáveis pela ocorrência da indisciplina na sala de aula.

A escola deve procurar transpassar seus muros e buscar refletir sobre aspectos intraescolar e excluir justificativas externas a ela, neste sentido, uma pesquisa traz à luz aspectos extremamente interessantes e que merecem ser

analisados cuidadosamente no cotidiano escolar. Reforçando-se a ideia de que a escola necessita transformar-se, adequando-se à nova sociedade atual, voltando a exercer de fato seu papel de formadora de cidadãos críticos, não importando a sua origem (pobre, rica ou classe média), raça (negro, branco, parda, amarelo ou indígena), opção religiosa, pais divorciados, separados ou não, etc. A escola acima de qualquer questão deve exercer sua função social, pois se isso não ocorrer a sua existência é nula, perdendo a sua finalidade e importância pedagógica.

2.5 Indisciplina escolar e a dificuldade no processo de ensino e aprendizagem

A indisciplina em âmbito escolar é uma questão complexa que parte desde a sua concepção até à sua forma de abordagem no cotidiano da sala de aula. A partir dessa reflexão, pode-se dizer que a indisciplina é conhecida por diversas nomenclaturas, como comportamento inadequado, falta de limites, ou violência escolar. Não importando o nome que lhe seja dado, a indisciplina constitui uma das queixas mais frequentes entre pais e professores.

O bom relacionamento do aluno com a escola reduz a indisciplina escolar. No entanto, a intolerância por parte do educador pode gerar conflitos por meio da aplicação de regras genéricas e autoritárias. Deve-se, portanto, analisar cada ato para se respeitar a individualidade de cada educando, além de incluí-lo na elaboração das normas da escola, compreendendo-se que a flexibilidade possibilita ações exitosas.

Percebe-se que a indisciplina escolar no dia a dia vem tirando os professores, diretores e demais membros da comunidade escolar do sério. Pois não se possui um parâmetro para se tratar com atitudes de agressividade, desobediência e desrespeito. Muitas escolas determinam um horário para os estudantes irem ao banheiro ou beberem água, outras fazem combinados com a turma sobre quantas vezes cada um pode deixar a classe. No entanto, essas regras não são exitosas, porque estão focadas nas consequências, e não nas causas das saídas da sala de aula. Espera-se que os alunos queiram sair da classe quando estão entediados, cansados, sonolentos ou tensos. Neste sentido, acredita-se que essa problemática ao ser dialogada com a classe, para a proposição de soluções possa obter resultados positivos, legitimando-se um acordo elaborado coletivamente.

Fonseca (1995) alerta para uma questão muito séria, o fato de que mesmo com o passar do tempo permanece a explicação de que as crianças pobres não

conseguem aprender na escola devido suas deficiências de natureza biológica, psíquica ou cultural. Permanecendo assim uma justificativa preconceituosa e discriminadora da indisciplina em âmbito escolar.

As crianças desfavorecidas social, cultural e economicamente são também desfavorecidas pedagogicamente, o que evidentemente é, sob todos os pontos de vista, injusto. Sofrem mais de mau ensino, má instrução (dispedagogia), mais abstencionismo dos professores e de piores modelos de estimulação, identificação, motivação, orientação, etc. Em vez de compensar essa discrepância social inaceitável, a escola tende a legitimar todas essas diferenças através dos seus métodos pedagógicos e de seus métodos seletivos e avaliativos. O insucesso escolar, como é sabido, está mais concentrado nas crianças oriundas dos meios sócio-econômicos desfavorecidos (Fonseca, 1995, p. 14).

A intolerância e a aplicação de regras genéricas e autoritárias frequentemente agravam os conflitos. Fonseca (1995) alerta para o perigo de justificar o fracasso e a indisciplina de crianças de classes populares por meio de determinismos biológicos ou culturais, o que apenas legitima desigualdades. A indisciplina deve ser enfrentada com diálogo, respeito à individualidade e elaboração coletiva de normas, focando nas causas do desinteresse e não apenas em suas consequências.

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa e caráter descritivo. A investigação fundamentou-se na análise teórica de obras de autores de referência na área da educação e psicologia, tais como Vygotsky, Rego, Antunes, De La Taille e Foucault.

A coleta de dados baseou-se no levantamento e revisão de literatura acadêmica, além da análise de dispositivos legais brasileiros. O método consistiu na triangulação de perspectivas entre a visão da instituição escolar, a visão dos alunos e os pressupostos da teoria histórico-cultural, visando compreender a indisciplina como um fenômeno multicausal.

4 APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A análise do material bibliográfico permitiu identificar que a indisciplina escolar não possui uma definição consensual, sendo frequentemente interpretada sob análises superficiais e dogmas do senso comum. Os resultados foram organizados em quatro eixos principais.

O primeiro eixo se refere às divergências conceituais e causais. Evidenciando-se um nítido conflito de perspectivas. A escola tende a externalizar a responsabilidade do fenômeno, atribuindo-o à estrutura familiar precária, à influência da mídia ou a características inatas do aluno. Em contrapartida, os estudantes apontam falhas intraescolares, como autoritarismo docente, aulas desinteressantes e organização engessada de tempos e espaços.

O segundo eixo se adentra nas relações de poder e disciplina, apoiando-se em Foucault (1986), constatou-se que a indisciplina atua frequentemente como um “contrapoder” discente. Ela se manifesta como uma contestação direta ao autoritarismo ou ao distanciamento do currículo em relação à realidade do aluno. A disciplina eficaz deve emergir como um autogoverno pautado no respeito mútuo, e não como mera submissão.

O terceiro eixo aborda a influência das práticas familiares, pois o comportamento discente sofre forte impacto dos modelos familiares, categorizados em três vertentes: pais *autoritários* (geram filhos obedientes, mas com baixa autonomia e autoestima); *permissivos* (resultam em comportamentos impulsivos e dificuldade em assumir responsabilidades); e *democráticos* (promovem a iniciativa e a autonomia mediante regras claras e diálogo).

Já o quarto eixo discute acerca da escola como agente de transformação, contrariando as visões inatistas, a teoria histórico-cultural (Vygotsky, 1984) comprova que o comportamento é socialmente aprendido. A escola não deve se eximir de sua função social. Desde que munida de condições estruturais e laborais adequadas, cabe à instituição atuar na Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) do aluno mediante metodologias desafiadoras.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a indisciplina é um fenômeno complexo, multifacetado e que sofre com a ausência de um consenso conceitual, o que dificulta uma abordagem pedagógica assertiva. As causas variam drasticamente dependendo da perspectiva analisada: enquanto a escola culpa fatores externos, os alunos expõem a obsolescência e o autoritarismo do sistema de ensino.

A pesquisa demonstrou que a indisciplina muitas vezes emerge como reflexo das relações de poder desequilibradas no ambiente escolar. Além disso, embora as

práticas familiares moldem o comportamento inicial do estudante, todo comportamento é aprendido e passível de transformação.

Sendo assim, a escola desempenha um papel insubstituível. Para superar os entraves gerados pela indisciplina no processo de ensino e aprendizagem, é imperativo que a instituição reavalie suas abordagens. A construção de um ambiente democrático, com normas elaboradas coletivamente e práticas pedagógicas que dialoguem com a realidade do aluno, é o caminho fundamental para a formação de cidadãos verdadeiramente críticos e autônomos.

6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, S. T. P. Indisciplina escolar: um estudo exploratório sobre a relação família e escola. 2001. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Marília, 2001.

ANTUNES, Celso. Professor bonzinho = aluno difícil: a questão da indisciplina em sala de aula. Petrópolis: Editora Vozes: 2002.

CURTO, P. M. A escola e a indisciplina. Porto: Porto, 1998.

DEBARBIEUX, E. Violência na escola: um desafio mundial? Lisboa: Instituto Piaget. 2007.

DE LA TAILLE, Yves. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). Indisciplina na escola. São Paulo: Summus, 1994.

FOUCAULT, Michel. (1986). Vigiar e punir. Petrópolis: Vozes.

GUIRADO, Marlene. Poder indisciplina: os surpreendentes rumos da relação de poder. In: Indisciplina na escola. 17ª edição. São Paulo: Summus, 1994.

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm#art62. Acesso em: 21/05/2015 às 21:11.

LEI DO PISO. LEI Nº 11.738, DE 16 DE JULHO DE 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 21/05/2015 às 20:21.

MORENO, M.C.; CUBERO, R. (1995). Relações Sociais nos anos pré-escolares: família, escola, colegas. In: COLL, C.; PALÁCIOS, J.; MARCHESI, A. (orgs.).

Desenvolvimento Psicológico e Educação – Psicologia Evolutiva, Vol. 1. Porto Alegre: Artes Médicas.

NAKAYAMA, Antonia Maria. Disciplina na escola: O que pensam os pais, professores e alunos de uma escola de 1º Grau. 1996. 239f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação.) – IP/Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

REGO, Tereza Cristina R. A indisciplina e o processo educativo: uma análise na perspectiva vygotskyana. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). Indisciplina na escola. São Paulo: Summus, 1994.

VYGOTSKY, L.S. (1984) A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes.

ZANDONATO, Z. L. Indisciplina Escolar e relação Professor-Aluno, uma análise sob perspectivas Moral e Institucional. 2004. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista “Júlio De Mesquita Filho”, Presidente Prudente, 2004. Disponível em: https://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=40289.

